



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS  
Estado de Minas Gerais  
CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 031/2023**  
**COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei nº 031/2023, de autoria do Prefeito Municipal, que “*Altera a Lei nº 452, de 18 de agosto de 1992, que “Dispõe sobre o “Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bonfinópolis de Minas-MG.”*”

Após o exame preliminar, a Comissão de Legislação, de Justiça e de Redação, concluiu pela sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade, vem agora a matéria ao exame desta Comissão, para análise e parecer, nos termos do artigo 171, combinado com a alínea “b”, do inciso III, do artigo 93, ambos do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

É, sucintamente, o relatório.

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG	
Protocolo no livro próprio às folhas	
50	Sob o nº 335/23
às 18:44	Horas
Bonf.de Minas - MG 26/12/23	
Servidor Responsável	

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Pela proposta, o Prefeito Municipal busca alterar o “Estatuto dos Servidores Municipais”.

A proposta do Prefeito regulamenta a concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade, alterando a redação dos artigos 66 a 69 do Estatuto.

Conforme previsto no parágrafo 2º do novo artigo 66, “as condições de insalubridade serão consideradas de grau máximo, grau médio e grau mínimo”, conforme previsto na Norma Regulamentadora nº 15, estabelecida pela Portaria nº 3.214/1978, do Ministério do Trabalho.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

Estado de Minas Gerais  
CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

Já os percentuais são previstos no parágrafo 3º do mesmo artigo 66, que “assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo vigente no País, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo”.

O adicional de periculosidade por sua vez é fixado em 20% (vinte por cento) sobre o vencimento inicial básico do servidor, conforme parágrafo 2º do artigo 67.

O Projeto de Lei cuida ainda de alterar o disposto no art. 120 do Estatuto do Servidor que aduz acerca da possibilidade de acumulação de cargos no Município, visando atualizar a legislação municipal, de modo a prevê a possibilidade de acúmulo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Outra alteração introduzida é a obrigatoriedade de férias de 20 (vinte) dias por semestre, para os profissionais que opera direta e permanentemente com Raio X ou substâncias radioativas.

Assim, não vejo óbice à aprovação da matéria.



### III – CONCLUSÃO:

**ANTE O EXPOSTO**, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 031/2023.

Sala das Comissões, 26 de dezembro de 2023.

  
Vereador **PAULO MOTORISTA**  
Relator

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES <b>DESPACHO</b> Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator em único turno por (2) votos favoráveis (0) votos contrários e (0) abstenções. Sala de Comissões <u>26 / 12 / 23</u>  PRESIDENTE DA COMISSÃO
--	---

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES <b>DESPACHO</b> Dou por concluso nesta comissão o presente processo legislativo subam os autos à mesa diretora. Sala das Comissões <u>26 / 12 / 23</u>  PRESIDENTE DA COMISSÃO
---	--